

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES
CONCIDADES
REALIZADA NOS DIAS 08, 09 e 10/12/2004.**

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às quatorze horas e trinta e nove minutos, no auditório do Hotel San Marco, situado no SHS - Setor Hoteleiro Sul – Quadra 05, Bl C, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a quarta reunião ordinária do Conselho das Cidades sob a presidência do Excelentíssimo Ministro das Cidades, Olívio Dutra, com a presença de 66 Conselheiros titulares, 25 Conselheiros suplentes e 14 Observadores, conforme **Anexo I**, representados por 05 do Poder Público Federal, 06 do Poder Público Estadual, 08 do Poder Público Municipal, 19 de Entidades dos Movimentos Populares, 07 de Entidades Empresariais, 05 de Entidades de Trabalhadores, 05 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 03 de Entidades Não Governamentais, com o objetivo de apreciar a seguinte pauta: 1. Política Nacional de Habitação, 2. Relato dos Comitês Técnicos, 3. Balanço da atuação do Conselho das Cidades, 4. Organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades, 5. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Presidente do Conselho das Cidades declarou aberto os trabalhos, convidando para compor a mesa e co-presidir a reunião a Sra Ermínia Maricato, Secretária-Executiva do Ministério das Cidades e os Secretários Nacionais da Habitação, Sr. Jorge Hereda, de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo de Oliveira Filho, de Transporte e Mobilidade Urbana o Sr. José Carlos Xavier e a Sra Raquel Rolnik Secretária de Programas Urbanos. Em seguida convidou também para a mesa o Sr. Ailton Brasiliense, Diretor do DENATRAN, o Sr Raul de Bonis, Diretor da CBTU e a Sra Iria Charão Secretária Executiva do Conselho das Cidades. Composta a mesa, o Sr. Presidente saudou a todos os conselheiros e conselheiras e observadores presentes que compõem o Plenário do ConCidades. Em seguida consultou o plenário sobre a necessidade da leitura da ata, o qual se manifestou pela não leitura e aprovando-a com uma abstenção. Dando prosseguimento, o Presidente informou que a comissão formada por um representante da assessoria jurídica do Ministério e da Secretaria Executiva do ConCidades iria receber as propostas de Resolução e passou a palavra para o Secretário Nacional de Habitação o Sr. Jorge Hereda que expôs a versão final da **Política Nacional de Habitação** conforme **Anexo II**. Após a exposição, o Presidente deu por aberta as inscrições para as intervenções dos presentes. O primeiro a falar foi o Sr. Luis Gonzaga da CMP que denunciou os inúmeros despejos realizados pela Caixa Econômica Federal em todo o país, especialmente um despejo de 900 famílias do conjunto habitacional de Volta Redonda/RJ, cujos representantes estavam presentes na reunião. Ponderou que o Programa “Crédito Solidário” não avançou o que devia em função da burocracia e ressaltou a necessidade de aumentar o valor do crédito de R\$ 19 mil para R\$ 35 mil para as regiões metropolitanas e R\$ 20 mil para as outras regiões brasileiras. Finalizou dizendo ser necessário multiplicar os investimentos para moradia popular. Em seguida o Sr. Huggo Waterson dos Santos do Estado do Mato Grosso, expôs os Programas existentes no Estado que lidam com a habitação, tais como o Programa Casa Fácil e o Programa Bolsa Material de Construção. Solicitou que o

ConCidades recomende à Caixa Econômica Federal a reavaliação dos recursos destinados aos Programas de habitação popular. O Sr. Silvano Silvério da ASSEMAE elogiou a proposta de política de habitação apresentada e propôs a substituição da palavra gestores públicos para prestadores de serviços. O Sr. Benedito da CMP elogiou a apresentação do Secretário de Habitação e alertou que o subsistema de Habitação de Interesse Social só conseguirá ser efetivado se o Governo colocar na sua agenda e pressionar o Congresso para a aprovação do antigo PL 2710/92, porque toda a proposta da política contempla as reivindicações dos movimentos, no entanto, paralisa na sua efetivação. Afirmou que o movimento já fez a sua parte nas negociações abrindo mão de muitos pontos importantes, bem como realizando as mobilizações necessárias. Sugeriu também que o Programa “Crédito Solidário” seja incluído na pauta do Conselho. O Sr. Raul Carrion da UVB salientou que a questão da habitação no Brasil tem papel estratégico para o novo projeto de desenvolvimento. Disse que o documento apresentado consolidou e incorporou idéias que há anos são trabalhadas no movimento social. O Sr. Secretário Jorge Hereda respondeu aos questionamentos sobre o Programa “Crédito Solidário”, ressaltando que ele é um dos principais instrumentos da nova Política Nacional de Habitação, mas ele é representativo das dificuldades que o governo está enfrentando para reverter à lógica dos financiamentos para habitação, na medida que cooperativas e associações não são consideradas como parte importante. O Presidente deu prosseguimento aos trabalhos e passou a palavra para a Sra. Neusa Santos da UVB que afirmou que a proposta apresentada é fantástica e que se for implantada será um avanço. Disse que se o Programa “Crédito Solidário” der certo também será um avanço e será tão importante para o governo como o Programa Fome Zero. Falou em seguida sobre o impedimento das associações e cooperativas de serem consideradas entidades promotoras do empreendimento, porque no caso dos municípios é feito um convênio com a associação ou a entidade e nesse convênio não se pode individualizar o crédito, a individualização só é realizada após a obra concluída. A Sra. Raquel Rolnik da Secretaria dos Programas Urbanos registrou que é a primeira vez que se aprova uma política habitacional que tem como componentes a produção, a integração total ao tecido urbano e a integração a um projeto de desenvolvimento urbano includente. Registrou também os desafios que isso representa, pois significa colocar no centro da agenda da política habitacional a questão da terra, a questão do acesso e a questão do lugar na cidade dos mais pobres, dos excluídos e da maioria da população. Isso significa uma mudança de eixo na política habitacional e que se torna um desafio concreto à sua operação, a inclusão do componente fundiário e que significa necessariamente integrá-la aos componentes do plano diretor, da política de desenvolvimento urbano, da regulação urbanística, ou seja, desse outro conjunto trazido pelo Estatuto das Cidades que todos assumiram como desafio implementar. Alertou que são dois os temas que estão na pauta que têm a ver com essa questão, o Plano Diretor e a revisão da lei do parcelamento do solo, reconceituada como lei de responsabilidade territorial. Um outro elemento tem a ver com o crédito solidário que significa superar a idéia da propriedade individualizada, privada da terra. E para efetuar essa agenda é preciso aceitar áreas onde foi emitida a concessão do direito real de uso e outras formas de acesso a terra, como forma legítima de base

para poder operar com recursos de financiamento para o crédito solidário. O Sr. Luiz Herllain da CMP manifestou que o Conselho consolida um processo de construção coletiva e solicitou que o Ministério faça a intermediação com a Caixa Econômica Federal para que ela cumpra com a função social para a qual foi criada. O Sr. Antonio José do MNLM falou que o fator que emperra o crédito solidário é a questão do financiamento, pois o crédito solidário foi pensado para resolver um problema, em parceria com os movimentos e cooperativas, mas com a exigência do financiamento individual cai por terra toda a filosofia do Programa e destacou também a importância da Caixa fazer operação direta com as entidades. O Sr. Marcos Neto da CNC agradeceu ao Sr. Secretário de Habitação a forma democrática como este conduziu a discussão desse processo no Comitê Técnico de Habitação, salientou que apesar do segmento empresarial ser minoria, nunca foi tolhido na palavra. Solicitou empenho do governo na reformulação da lei do inquilinato. O Sr. Saulo Manuel da UNMP concordou com outros conselheiros, dizendo que de um lado a Caixa Econômica Federal despeja e de outro faz acordos escusos, dando como exemplo um problema ocorrido em Ipatinga/MG e solicitou também que a questão sobre o crédito solidário entre na pauta do Conselho. O Sr. Nabil Bonduki da FRENVRU traçou um pequeno histórico da questão da política habitacional no país e disse que o país está presenciando um momento importante com a aprovação da política nacional de habitação. Pontuou que a questão do crédito solidário é importante para o movimento e que ele se situa dentro da esfera política de um programa de transição entre o que existia e a nova política. Salientou que a questão fundamental é a adesão dos estados e municípios ao sistema nacional de habitação. Afirmou que a liberação de recursos orçamentários é de fundamental importância para a concretização da política. Outro desafio diz respeito a diversificação de agentes financeiros e como esses agentes podem atuar no sentido de facilitar o acesso ao crédito. Levantou também a relevância da integração com a política urbana pois a lógica da produção habitacional vai contra essa necessidade. A Sra. Berta da FNA parabenizou o Comitê Técnico pelo trabalho produzido e ressaltou que essa proposta é o resultado das reuniões do Comitê e de anos de discussão da sociedade civil, e é a primeira vez que se torna oficial. A Sra. Antonia de Pádua da CMP ressaltou a necessidade em resolver com brevidade a questão do crédito solidário. O Sr. Eloísio Godinho da CMP saudou a iniciativa do Ministério das Cidades pela elaboração do documento da PNH e solicitou também efetivação do Programa "Crédito Solidário". A Sra. Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades, disse que é preciso festejar o trabalho elaborado pelo Comitê de Habitação, porque é histórico, mas será preciso continuar a luta no Congresso. Em seguida o Secretário de Habitação, Sr. Jorge Hereda pediu a palavra e afirmou que vai fazer os ajustes finais na proposta da PNH e agradeceu a contribuição de todos (as) na elaboração da mesma. Finalizou historiando todo o processo do Programa "Crédito Solidário" e afirmou que a Secretaria continuará enfrentando todos os emperramentos que surgirem e louvou a prefeitura de Belo Horizonte na parceria que implementou com o Ministério no sentido de concretizar o primeiro crédito solidário. Não havendo ninguém mais inscrito, o Presidente colocou para apreciação do Plenário a proposta de Política Nacional de Habitação, que foi aprovada por unanimidade.

O Presidente finalizou afirmando que o Programa “Crédito Solidário” está em construção e num processo de afirmação e que serão ultrapassadas as dificuldades, na medida que todo o Ministério está envolvido nessa construção. Sublinhou que esta reunião do Conselho é a última deste ano e que este é um importante espaço de intervenção da sociedade brasileira na formulação da política nacional de desenvolvimento urbano e no acompanhamento de sua execução. A seguir passou a coordenação para a Sra. Iria Charão, Secretária Executiva do ConCidades que, prosseguindo a reunião, anunciou o segundo ponto da pauta **Relato dos Comitês Técnicos**. Solicitou ao relator do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental, Sr. Sérgio Gonçalves, Diretor da Secretaria de Saneamento Ambiental, que fizesse a síntese das discussões do mencionado Comitê, conforme **Anexo III**. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Ricardo Mendanha da FNDTUT que informou sobre os principais pontos debatidos no Comitê de Mobilidade Urbana conforme **Anexo IV**. Após esse relato a Sra. Coordenadora passou a palavra ao Sr. Leonardo Pessina do CAAP que, em nome do Secretário Jorge Hereda que se ausentou em função de agenda importante, relatou a discussão do grupo de trabalho do Comitê de Habitação, conforme **Anexo V**. O Presidente deu por encerrado os trabalhos do dia, lembrando que a reunião continuaria no dia seguinte a partir das nove horas. Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, o Presidente do Conselho, Ministro das Cidades Sr. Olívio Dutra, abriu os trabalhos do segundo dia de reunião, acusando a presença do Prefeito de Belém, Sr. Edmilson Rodrigues representando a Frente Nacional de Prefeitos e convidou para compor a mesa o Sr. Raul De Bonis da CBTU e justificou a ausência da Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Sra. Ermínia Maricato. Logo após a coordenadora, retomou a pauta do dia anterior e encaminhou o relato do Comitê Técnico de Planejamento Territorial e Urbano passando a palavra à Sra. Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos. Esta relatou a proposta de estruturação da Campanha para o Plano Diretor participativo 2005, conforme **Anexo VI**, cumprindo dessa forma a Resolução nº 15 do Conselho que decidiu a realização de uma Campanha de Mobilização e Sensibilização visando a elaboração e implementação de planos diretores participativos com o objetivo de construir cidades incluídas, democráticas e sustentáveis. Apontou como desafio da Campanha o conteúdo e o processo de elaboração desses planos, pois devem ser processos participativos. Expôs que a Campanha se baseia em dois eixos principais – o de comunicação e o de capacitação (formação, mobilização, estruturação). Será constituído um núcleo coordenador nacional, composto pelo Ministério das Cidades, pela Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Cultura, pela Caixa Econômica Federal e pelos membros do Conselho representados pelos segmentos - movimentos populares - Sr. Luis da CONAM, Sra. Antonia, Sr. Luiz Gonzaga da CMP, Sr. Antonio José do MNLN e a Sra. Marli da UNMP; - trabalhadores - Sra Berta da FNA; - ONGs - Sra Olinda da Abong – profissionais e entidades de pesquisa - Sr. Geraldine da ABEA; - os observadores - do Estado do Paraná o Sr. Laércio, do Estado de Pernambuco o Sr. Fernando e o Sr. Marcos Azevedo pelo Estado do Rio de Janeiro; - do Poder Público Municipal - Sra. Neusa da UVB e o Sr. Eliomar da FRENAPRU; - setores empresariais - Sr. Flávio da CACB, Sr. Luis

Eduardo da CBIC e Sr. Ricardo da Fecomércio. Afirmou que este núcleo está aberto para integrar outros representantes do Conselho. Avisou também sobre a distribuição de um questionário às entidades presentes visando mapear as contribuições de cada entidade para a Campanha, conforme **Anexo VII**. Em seguida a Sra. Coordenadora esclareceu que cumprindo o Regimento Interno a Secretaria Executiva do ConCidades preparou os documentos – “Presença nas reuniões do Conselho **Anexo VIII**” e “Quadro geral das resoluções editadas pelo Conselho” **Anexo IX**. Dando prosseguimento, a coordenadora, anunciou o terceiro ponto da pauta: **Balanço da atuação do Conselho das Cidades** passando a palavra ao Ministro das Cidades, Sr. Olívio Dutra que iniciou a avaliação dizendo que a constituição do Conselho das Cidades foi um processo muito importante e rico em desafios, por ser um espaço conquistado pela sociedade civil brasileira. Acrescentou que o Governo tem se dirigido ao Conselho com palavras e gestos que reconhecem a importância estratégica dele. Disse que o Conselho reúne desde empresários até movimentos sociais, em igualdade de condições, acrescentando que o Executivo não cumpriria bem seu papel se não fosse pela presença viva da sociedade civil e dos diferentes interesses que atuam no Conselho. Lembrou que já foram realizadas quatro reuniões e encontra-se em andamento a preparação da 2ª Conferência Nacional das Cidades; foram formuladas as políticas setoriais e as bases para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Abordou que há problemas de presença de representantes do governo dentro do Conselho e que se faz necessário garantir a participação efetiva desse setor. Sublinhou a presença de todas as representações políticas, econômicas e sociais que se expressam através das entidades. Disse que nesse primeiro ano de existência do Conselho, as suas atividades, contribuições, críticas, proposições e resoluções, assim como, a sua relação política com o judiciário e com o poder legislativo nas suas três dimensões – Congresso, Assembléias, Câmaras de Vereadores – fortalecem a idéia central da participação cidadã e não retirando com isso a responsabilidade de nenhum governo, de nenhum legislador de governarem e legislarem. Disse que a eficiência, a eficácia, e a objetividade da ação do administrador público se realizam na medida em que a sociedade civil representada pelas diferentes entidades e interesses tenha espaço para questionar, propor, acompanhar, fiscalizar e garantir-se como sujeito de um processo novo. Encerrou sua avaliação dizendo que as dificuldades serão sempre enfrentadas e superadas quando existir um espaço democrático como do ConCidades. A Sra. Coordenadora, retomou a palavra abrindo as inscrições do Plenário. O Sr. Silvano Silvério da ASSEMAE iniciou dizendo que o Conselho nasceu exitoso e que com tão pouca idade conseguiu produzir muito. Pontuou a capacidade de fazer as discussões setoriais associadas a integração intersetorial que ainda é uma das maiores dificuldades que se deparam os municípios, estados e no próprio âmbito nacional; as propostas de políticas públicas já aprovadas - habitação e saneamento - colocaram a política urbana na disputa pelos recursos financeiros; realizou a interlocução com outros Conselhos e destacou como ponto negativo à não criação dos Conselhos Estaduais e Municipais das Cidades e a dificuldade de discutir as questões macro-econômicas. O Sr. Wilson Valério da CONAM ressaltou a satisfação em fazer esse balanço, pois junto com outras entidades ajudou a

concretizá-lo; destacou a falta de capacidade em conseguir mobilizar os estados e municípios para criarem seus conselhos; sinalizou que essa é uma das principais tarefas da 2ª Conferência Nacional das Cidades. Sugeriu maior divulgação das ações do Conselho; reafirmou a importância do Conselho como a primeira experiência nacional de diálogo entre o governo e a sociedade. O Sr. Orlando Júnior da FASE ao fazer sua avaliação chamou atenção para o envolvimento dos representantes dos segmentos sociais na discussão das políticas; o Conselho mostrou capacidade de explicitar os interesses diferenciados; apontou a capacidade dos Comitês Técnicos de pactuação, de negociação em torno das políticas públicas; mostrou capacidade de negociação, de construção de pactos que resultaram na construção de consensos; afirmou que houve renovação da interação entre o governo e sociedade, onde o Conselho marcou um novo padrão dessa relação; afirmou a efetividade das decisões e mostrou capacidade deliberativa desse espaço. Destacou a atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana que apostou no Conselho, preparando-se para as discussões, elaborando subsídios e proposições, contribuindo assim com o debate. Acrescentou que é preciso assegurar legalmente o caráter deliberativo do Conselho; avaliou que avançou pouco na questão orçamentária e do financiamento das políticas urbanas e que alguns segmentos valorizaram os comitês em detrimento do Plenário do Conselho, ocasionando o seu esvaziamento. Concluiu que o ConCidades é um marco na democratização das políticas urbanas no país. O Sr. Ubiratan Félix da FISENGE apontou que o Conselho teve como desafio articular entidades que já tinham vida própria e uma discussão setORIZADA; lembrou que na 1ª Conferência houve um questionamento da representatividade das entidades nacionais e por outro lado mostrou a necessidade de conquistar a participação mais efetiva de entidades como as centrais sindicais e, por fim frisou sobre a necessidade da consolidação do ponto de vista legal do Conselho. O Sr. Luiz Gonzaga da CMP destacou que o Ministério das Cidades e o Conselho têm papel estratégico a cumprir e que os demais Ministérios e setores do governo não entenderam qual é esse papel, por isso não participam; destacou a ausência do poder público nas três esferas; registrou o fato de que as decisões tiradas não têm poder decisório, só indicativo; o Sr. Luiz Herllain da CMP afirmou faltar clareza do que representa esse Conselho aos órgãos governamentais e o que representou o processo de construção do Conselho para a sociedade; o Sr. Marcos Bicalho da NTU cumprimentou o Ministério das Cidades pela coragem que teve em criar o espaço democrático do Conselho, dentro da estrutura ministerial, onde é possível discutir e executar o trabalho em prol das cidades brasileiras. Acrescentou que foram obtidos avanços na área do transporte – que foi a aprovação da política nacional de trânsito e a aprovação das diretrizes para a área de mobilidade e transporte; registrou a preocupação de que esse espaço democrático existe em função de um Ministro democrático que incentiva o desenvolvimento desse tipo de ação. Em função da Resolução nº 19 (sobre o moto-taxi) que criou alguns constrangimentos ao Ministério e ao ConCidades, sugeriu que os conselheiros juntamente com o Ministério das Cidades avaliem a questão da presidência do Conselho caminhando numa linha de maior independência do mesmo. Finalizou registrando a satisfação, enquanto representante do setor empresarial, de estar participando desse espaço democrático. O Sr. Nazareno da ANTP apresentou como problema

a ausência dos representantes do Governo Federal nas reuniões do Conselho, sublinhando que isso ocorre por desrespeito ao ConCidades. Avaliou que o urbano não é ainda uma questão de relevância no país, ela não faz parte das políticas. O Sr. José Leite da CMP parabenizou a todos pelas reuniões e pelas discussões realizadas. Avaliou que ainda estamos aprendendo, pois o Conselho tem um ano, mas já elaborou quatro políticas nacionais. Sugeriu que a mesa do conselho seja paritária; A Sra. Bertha da FNA apontou o fato de que o Conselho não conseguiu discutir uma política de sistema nacional das cidades e conseqüentemente não conseguiu criar os Conselhos Estaduais e Municipais; afirmou que se deve reforçar a legalidade do Conselho; chamou atenção ao fato de que o Plenário está enfraquecido em relação aos Comitês Técnicos, pois as políticas são mais discutidas naqueles espaços e chegam ao Pleno, praticamente aprovadas. Afirmou que não se conseguiu integrar as temáticas e não se pode perder de vista os princípios da interligação entre as políticas que sempre foram tratadas de forma fragmentada. O Sr. Nabil Bonduki da FRENVRU afirmou que a não participação de alguns Ministérios e de empresários se deve a possibilidade de estarem discutindo em outros canais as políticas que dizem respeito a eles, portanto, sugeriu conquistar esses segmentos, lhes garantindo um espaço maior de participação; devemos discutir o papel dos municípios e estados para a implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais para a integração das políticas urbanas em todos os níveis; sugeriu que os Conselhos Estaduais sejam criados antes da 2ª Conferência. A Sra. Eline da UBM registrou a importância da participação do movimento social no Conselho; afirmou que não se pode confundir que o Conselho é um espaço institucional; afirmou a necessidade de reforçar o caráter democrático do mesmo; garantir a transversalidade nas políticas e garantir uma participação ou maior informação do que está acontecendo nas reuniões dos Conselhos sobre as metas do Terceiro milênio definidas pela ONU e apontou como falha a não criação dos Conselhos Estaduais e Municipais; O Sr. Aílton Brasiliense do Ministério das Cidades/Denatran destacou que o governo, com exceção do Ministério das Cidades, ainda não entendeu o papel da participação popular, o papel desse Conselho junto ao governo. Ressaltou que para os municípios existe uma maior capacidade de inter-relação com a sociedade civil e quando se passa para a esfera federal passou a ser um novo desafio e aprendizado. Falou sobre a nova relação criada nesse governo do Comitê de Trânsito e Transporte com algumas instâncias governamentais, visto que em governos anteriores o trânsito sempre foi uma questão pouco discutida no país. Foram retomadas as câmaras temáticas, onde participam representantes de órgãos públicos, da sociedade organizada. O Sr. Saulo Manuel da UMP avaliou que a essência do Conselho é a pluralidade de idéias, no entanto, será preciso definir melhor o papel dos conselheiros; alertou que o papel do Conselho não é meramente formar os conselhos estaduais e municipais. O Sr. Edmilson Rodrigues da FNP afirmou que a realização de quatro reuniões do Conselho em um ano eleitoral foi uma conquista. Lembrou que o governo está em permanente disputa e que o Conselho é um espaço de resistência. Afirmou que o Conselho é um espaço que se aperfeiçoa a cada momento e que não deve ser transformado em uma democracia formal. A Sra. Terezinha Nunes do Governo do Estado de Pernambuco questionou a pouca

representação dos estados no Conselho e que é preciso rever a representação da federação, pois está havendo exclusão dos governos estaduais, principalmente do Norte e Nordeste. A Sra. Gilda Almeida da CUT colocou que a questão democrática se realizou primeiro na construção e na instituição do Ministério das Cidades, depois na 1ª Conferência Nacional das Cidades e por fim na criação do Conselho Nacional das Cidades. Disse que o Conselho é um espaço do controle social que formula e controla as políticas públicas. Avaliou a necessidade de avançar na regulamentação desse espaço, e que o Conselho deve ser composto paritariamente pela maioria da população. Colocou como debilidade a não construção dos Conselhos Estaduais e Municipais, mas avaliou que estes só serão construídos com a pressão da sociedade. O Sr. Luiz Carlos Bertotto, Diretor da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade assinalou que foi uma conquista a aprovação das políticas setoriais, mas que estas devem ser apropriadas por todos os atores sociais e agentes públicos. Afirmou que é preciso trabalhar a intersetorialidade em todos os níveis da federação. O Sr. Marcos Neto da CNC assinalou que o Conselho é um fórum permanente de discussão, que lhe foi dado peso político e presença ministerial e que com a 1ª Conferência Nacional das Cidades se iniciou um diálogo entre empresários e movimentos sociais, através da construção de um novo método de trabalho; que a integração e a oportunidade do debate é a grande vitória do Conselho. Expressou ser necessário rever a representatividade de outros setores empresariais. A Sra. Raquel Rolnik da Secretaria de Programas Urbanos encerrou essa etapa da reunião agradecendo

publicamente a atitude que os conselheiros assumiram a partir das definições e dos pactos que foram feitos na 1ª Conferência Nacional das Cidades. Afirmou que um dos elementos centrais na avaliação é a tensão existente no Conselho, entre ser um espaço de resistência e um espaço de exercício do poder. Analisou que o espaço de exercício do poder, é um espaço que depende dos que foram eleitos para esse exercício e das forças políticas que o sustentam. Portanto, quando reclamamos a presença do governo federal dentro do Conselho é bom lembrar que se queremos que o Conselho seja um espaço de pactuação de poder, por isso é necessário conquistar a representação dos municípios, das cidades. Acrescentou que o problema a ser discutido é a forma de representatividade dos poderes municipais e estaduais na área de desenvolvimento urbano, de tal maneira que este espaço seja um espaço de pactuação com municípios, estados e com as organizações sociais, econômicas e o governo federal. Continuou relatando que só tem sentido um espaço como esse, se a nossa construção for efetivamente a construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano que atinja os três níveis da federação. Quanto a representação dos municípios, acrescentou que tivemos uma representação permanente dos vereadores que foram eleitos dentro desse espaço, mas uma representação dos municípios muito mais errática e muito mais desestruturada. Essa questão deve ser trabalhada em conjunto com a representação de governo. A Sra. Coordenadora retomou a palavra e passou ao quarto ponto da pauta: **Organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades**. Informou que o Grupo de Trabalho, indicado na terceira reunião do Conselho, com o objetivo de preparar a 2ª Conferência Nacional das Cidades se reuniu e elaborou uma pré-proposta de Regimento, o qual foi lido

integralmente pela coordenadora. Foram feitas várias sugestões pelo Plenário em cada capítulo. Após os debates, colocado em votação, o Regimento para a 2ª Conferência Nacional das Cidades, conforme **Anexo X**, foi aprovado por unanimidade. A seguir a Sra. Coordenadora informou que atendendo ao novo regimento os segmentos teriam o prazo até o final do dia seguinte para indicar seus representantes para compor a Coordenação Executiva da 2ª Conferência Nacional das Cidades e aproveitou para encerrar os trabalhos do dia agradecendo a todos (as). No dia seguinte, aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quatro reiniciou a 4ª reunião do ConCidades com a Sra. Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades, substituindo o Presidente, Ministro Olívio Dutra, que se encontrava em reunião ministerial. Após cumprimentar o plenário passou imediatamente a palavra a Sra. Iria Charão, que anunciou o próximo ponto da pauta **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. A Sra. Ermínia Maricato fez uma extensa apresentação que se encontra no **Anexo XI**. Após a explanação, a Sra. Coordenadora retomou a coordenação abrindo a palavra aos presentes. O primeiro a se manifestar foi o Sr. Eliomar da FRENAVRU que demonstrou preocupação na falta de diálogo entre esferas de governo como ocorre no Estado do Rio de Janeiro, no qual as boas propostas para a área urbana se perdem em função de atitudes mesquinhas. A Sra. Ermínia Maricato, respondendo ao questionamento disse que a questão do Rio de Janeiro está sendo estudada pelo Ministério das Cidades. Acrescentou que não existe clareza de qual é a competência dos governos estaduais para o desenvolvimento urbano. Disse que são poucos os governos que tem políticas e estudos sobre a questão urbana. O Sr. Benedito da CMP teceu elogios a exposição sobre a PNDU e acrescentou que a 2ª Conferência Nacional das Cidades será um passo na consolidação dessa política. O Sr. Demetre do IAB apontou a necessidade de divulgar os programas e ações do Ministério das Cidades à sociedade e sugeriu a criação de um movimento nacional para acabar com a burocracia. A Sra. Raquel Rolnik, Secretária de Programas Urbanos fez algumas ponderações em relação aos temas levantados – primeiro que é fundamental refletir sobre o tema da “máquina emperrada” – não só do ponto de vista do governo federal mas de todos os níveis de governo. Relatou que foi mapeado pelo Ministério das Cidades, os requisitos para que um recurso do governo federal seja gasto e se constatou que são 128 passos, desde o que é necessário para assinar o contrato e o convênio até a liberação da última parcela de uma obra feita numa vistoria, e que atrás de cada passo têm uma lei aprovada no Congresso Nacional. Portanto, a burocracia está construída em cima de uma ordem legal jurídico-administrativa que rege o país. Se quisermos mais agilidade, teremos que ver qual a ordem jurídico-administrativa que está por trás dela. É preciso estabelecer mais claramente as responsabilidades dos entes federativos dentro dos vários componentes do desenvolvimento urbano - no planejamento, na tomada de decisão, na implementação e na fiscalização. A Sra. Ermínia Maricato finalizou os trabalhos dizendo que a burocracia administrativa impede a eficiência e não impede a corrupção e essa é uma discussão que deve ser feita com a opinião pública no Brasil. Afirmou que o que resolve o problema da corrupção é o controle social. Disse ser necessário aplicar as leis existentes. Encerrou os trabalhos dizendo que 2005 será o ano da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e que o debate

precisa chegar nas prefeituras e nos governos estaduais e dar visibilidade ao tema na agenda nacional. Encerrada as inscrições, a coordenadora da mesa Sra. Coordenadora passou para o ponto pendente que foi divulgar os indicados para a Coordenação Executiva da 2ª Conferência Nacional das Cidades conforme relação no **Anexo XII**. Imediatamente após, a coordenadora propôs ao Plenário a próxima reunião do Conselho para a segunda quinzena de março de 2005, mantendo a sistemática de três dias consecutivos, tendo início na quinta-feira e término no sábado que foi aceito pelo Plenário. A Sra. Coordenadora avisou que haviam chegado a mesa duas propostas de resoluções e que a primeira seria lida pelo Sr Sérgio Gonçalves, Diretor da Secretaria de Saneamento, conforme publicação no **Anexo XIII** e a segunda foi apresentada pelo Sr. Orlando Júnior da FASE conforme publicação no **Anexo XIV**. A coordenadora da mesa colocou em votação as Resoluções apresentadas que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida foi lida a seguinte Moção de Apoio - “Considerando que as ações de urbanização e regularização de assentamentos precários são prioritárias no âmbito da política habitacional; considerando que tais ações são basicamente implementadas por meio de investimentos realizados pelo poder público, o Conselho das Cidades apóia e reforça as iniciativas que tem sido promovidas no sentido de excluir as aplicações do setor público em infra-estrutura urbana e habitação social do cálculo referente as metas de superávit primário estabelecidas pelo governo federal.” -, que colocada em votação foi aprovada por todos os presentes. O Sr. Benedito da CMP pediu a palavra e explicitou que a Resolução do Crédito Solidário que havia sido entregue a comissão responsável, foi retirada em função dos avanços obtidos na reunião realizada entre os movimentos, o Ministro das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades. Explicou que houve uma evolução nos pontos das garantias, onde há a possibilidade de ter duas vertentes – abrir o seguro de crédito interno durante o processo de construção do empreendimento ou até mesmo uma garantia coletiva a partir de um fundo criado pelo FDS, o que abre a possibilidade de uso dos terrenos públicos e sem individualização do crédito. Disse ainda que foram criados grupos de trabalho para dar prosseguimento às pendências. Depois desse informe, a Sra. Iria Charão retomou a coordenação da reunião passando a palavra a Sra. Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades que encerrou os trabalhos agradecendo a todos o trabalho intensivo e desejando um ótimo 2005 para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Olívio de Oliveira Dutra
Presidente